

**EXAME DE DIREITO ADMINISTRATIVO I
(coincidência)**

Turno: Dia Turma A

Regência: Professor Doutor Paulo Otero

I

O Arquivo Nacional da Torre do Tombo, integrado na Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas aprovou um recente regulamento onde, entre outras normas se prevê, que “o particular que pretenda consultar documentos anteriores a 1820 tem direito à sua consulta presencial e terá de requerer ao Diretor de Serviços de Documentos Monárquicos a indicação de uma data para a disponibilização dos documentos, que nunca será superior a 15 dias após a entrada do requerimento nos serviços”.

Arlindo, Diretor de Serviços de Documentos Monárquicos delega no seu Chefe da Divisão de Documentos Absolutos a competência para autorizar a consulta de todos os documentos entre 1683 e 1820.

Gandolfo, investigador especialista na Conspiração de Lisboa de 1817, pretende consultar documentos recentemente descobertos sobre a vida de Gomes Freire de Andrade. Para tanto requer a Bento, no dia 20 de janeiro de 2020 e dentro dos termos regulamentares, a indicação de uma data para a consulta.

1. É válida a delegação realizada por Bento? **(2 valores)**

- *Requisitos da delegação de competência;*
- *O CPA como lei habilitante;*
- *Os requisitos do artigo 44.º/3 do CPA e sua aplicação ao caso;*
- *[...]*

2. Imagine que quando Bento se preparava para indicar a data de 29 de janeiro para a consulta dos documentos, Arlindo, Diretor de Serviços de Documentos Monárquicos, dá uma ordem para que Bento não permita o acesso a Gandolfo. Bento entende que Gandolfo tem direito a aceder aos documentos por aplicação direta do n.º 2 do artigo 268.º da Constituição e comunica que irá fixar a data de 29 de janeiro para a consulta

a) Se estivesse no lugar Arlindo com que argumentos jurídicos reagiria à decisão de Bento? **(2,5 valores)**

- *Poder de direção;*
- *Violação do dever de obediência;*
- *A não verificação de qualquer crime em decorrência da ordem dada;*
- *Aplicação do artigo 271/3 da CRP;*
- *[...]*

b) Se estivesse no lugar de Bento como fundamentaria a sua decisão? **(2,5 valores)**

- *Cessação do dever de obediência;*
- *Exercício de competências próprias;*
- *O princípio do arquivo aberto e a imposição constitucional de facultar o acesso a documentos administrativos;*
- *Discutir o n.º 2 do artigo 268.º da Constituição como um direito fundamental de natureza análoga e a sua violação como gerando nulidade do ato de indeferimento praticado; a discussão da tese da consequente cessação do dever de obediência;*
- *[...]*

2. O que poderá Arlindo fazer para evitar que Bento pratique o ato de marcação de consulta dos documentos? **(1 valor)**

- *O poder de avocação ou revogação da delegação de poderes: distinção;*
- *[...]*

3. Imagine que Carlos, primo de Gandolfo e Chefe de Divisão dos Documentos Novos na Torre do Tombo, sabendo do conflito entre Arlindo e Bento decide autorizar a consulta dos documentos para dia 27 de janeiro, para que o primo não seja prejudicado no seu trabalho **(3 valores)**.

- *O vício de incompetência relativa e seu desvalor;*
- *A violação do princípio da imparcialidade;*
- *As garantias de imparcialidade e em particular os impedimentos;*
- *A questão da modelação de efeitos de atos inválidos;*
- *[...]*

4. Imagine que sabendo da confusão em que se encontra a Torre do Tombo, a Diretora-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas resolve anular o ato administrativo dirigido a Gandolfo, o que este considera completamente ilegal. Que garantias pode utilizar? **(2 valores)**

- *Gandolfo pode utilizar garantias administrativas, reclamando para a autora do ato ou recorrendo hierarquicamente para a Ministra da Cultura;*
- *Gandolfo pode utilizar garantias judiciais impugnando o ato de anulação junto dos tribunais administrativos;*
- *Gandolfo pode utilizar garantias políticas, nomeadamente apresentando petições à Provedora de Justiça e ao Primeiro-Ministro sobre o funcionamento da Torre do Tombo;*
- *[...]*

5. Em que tipo de Administração Pública se integra a Torre do Tombo e quais os requisitos formais e materiais para a sua transformação num serviço público personalizado? **(2 valores)**

- *Os serviços públicos personalizados como modalidades de institutos públicos;*
- *A necessidade de diploma legal para a criação de institutos públicos - artigo 9.º LQIP;*
- *Os requisitos materiais do artigo 10.º da LQIP: aplicação;*
- *[...]*

II

Comente a seguinte afirmação **(5 valores)**:

“A integração de uma pluralidade de pessoas coletivas no âmbito da Administração Pública determina que, sob uma ótica do seu funcionamento interno, a Administração Pública, apesar de poder surgir para o exterior como um todo global e uniforme, envolva, no entanto um conjunto diversificado e complexo de relação internas”

- relações internas de natureza intersubjetiva;
- o reconhecimento de direitos fundamentais a pessoas coletivas públicas;
- a conflitualidade administrativa intersubjetiva e a possibilidade de intervenção dos tribunais;
- o problema dos conflitos positivos e negativos;
- as relações de coordenação, tutela e superintendência entre entidades administrativas;
- [...]

28 de janeiro de 2020
120 minutos